

A crise ambiental e sua conexão com o projeto colonial e a divisão internacional do trabalho: construindo algumas reflexões

The environmental crisis and its connection with the colonial project and the international division of labor: constructing some reflections

Águida Cristina Santos Almeida¹

Resumo

A crise ambiental segue se agravando, em todos os eixos que a conformam, ou seja, em termos do aquecimento global e da sua aceleração; do processo de aniquilamento biológico e; no tocante ao processo de toxicidade do planeta, que vai impondo um crescente risco sanitário a diferentes formas de vida, para além da humana. É perante essa constatação, que o presente trabalho, de natureza bibliográfica, constrói algumas reflexões em torno das questões políticas, geopolíticas e histórico-estruturais que explicam as causas da crise em curso, ao mesmo tempo em que impõem enormes barreiras a soluções efetivas. Então, ao adentrar nos componentes políticos e geopolíticos da crise, a questão da colonialidade e da divisão internacional do trabalho dela resultante, assumem papel central na condução das reflexões propostas no âmbito do presente trabalho, dada suas vinculações diretas com a crise ambiental instaurada e seus futuros desdobramentos.

Palavras-chave: Colonialidade. Ecologia decolonial. Divisão Internacional do Trabalho. Crise ambiental. Geopolítica. Política. Histórico-estrutural.

Abstract

The environmental crisis continues to worsen, in all the axes that make it up, that is, in terms of global warming and its acceleration; the process of biological annihilation and; with regard to the process of toxicity of the planet, which is imposing a growing health risk on different forms of life, in addition to humans. It is in view of this finding that the present work, of a bibliographic nature, builds some reflections around the political, geopolitical and historical-structural issues that explain the causes of the ongoing crisis, while imposing enormous barriers to effective solutions. Thus, when entering into the political and geopolitical components of the crisis, the issue of coloniality and the international division of labor resulting from it, assume a central role in the conduct of the reflections proposed within the scope of this work, given its direct links with the established environmental crisis and its future developments.

Keywords: Coloniality. Decolonial ecology. International Division of Labor. Environmental crisis. Geopolitics. Politics. Historical-structural.

¹ Doutora em Economia pela UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), professora da UFCG (Universidade Federal de Campina Grande), tutora do PET-Economia; Coordenadora do GAACE (Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econômica) e do GEAECON (Grupo de Educação Ambiental e Combate ao Negacionismo Climático).

Introdução

A complexidade e as correlações que interligam a crise ambiental em curso, com o empreendimento colonial e a divisão internacional do trabalho que dele resultou imprimem desafios que parecem intransponíveis à formulação das mudanças estruturais que guardem efetividade sistêmica no enfrentamento da crise em curso, que parece ameaçar a vida pluricelular no planeta.

A estrutura geopolítica que emergiu do projeto de dominação europeia, estabeleceu uma gestão de poder insulada em Estados nacionais e blocos de capital hierarquizados, e que se movem por disputa e competição, alimentando uma estrutura política e material que impede uma articulação em prol de soluções realmente efetivas ao impasse socioambiental.

Desse modo, por mais que a crise ambiental detenha elementos de ordem biofísica, como por exemplo, o aquecimento da temperatura do planeta que está relacionado com as emissões de gases do efeito estufa, são componentes de natureza política e geopolítica que contribuem à escalada da crise, bem como o desprezo e/ou relativização às medidas de enfrentamento e mitigação, que já deveriam estar em rápido e intenso processo de implementação.

Para intelectuais e militantes que pensam essa crise na perspectiva da colonialidade, há o entendimento de que o ataque estrutural à natureza tem início com o empreendimento colonial, e por isso, alegam que a saída ambiental exige a construção de uma ecologia decolonial. Para os ativistas, ambientalistas, intelectuais, cientistas que refletem essa crise numa perspectiva crítica ao antropocentrismo, mais alinhados com uma visão biocêntrica da vida e da natureza, a compreensão é que não é possível manter a autorregulação dos diferentes sistemas naturais que compõem o planeta Terra nos marcos do modo capitalista de produção, com sua lógica produtivista e extrativista, operando à progressão geométrica, para alimentar a voracidade do processo de acumulação capitalista, que como Marx demonstrou se dá na forma de espiral.

Esse grupo heterogêneo quem tem em comum a crítica frontal ao capitalismo se ampara em diferentes visões para enxergar saídas ao impasse socioambiental e pensar a construção de outras formas de viver, produzir e conviver. As propostas se complementam, pois se entende que para um problema sistêmico faz-se necessária a articulação de diferentes alternativas sistêmicas, termo este empregado pelo ativista boliviano Pablo Solón (2019). Assim, os movimentos pelo decrescimento, pelos direitos

da natureza, pelas iniciativas autogestionárias, expressas, por exemplo, pelos bens comuns, os movimentos pela desglobalização, dentre tantos outros, reagem à inércia da estrutura de poder perante o agravamento da crise, se engajando em torno da luta e da utopia.

Então, a reflexão trazida no presente trabalho, construída por meio de uma pesquisa bibliográfica, engloba temáticas diretamente relacionadas às causas estruturais da grave crise ambiental em curso, ligadas a questões de ordem política, geopolítica, histórico-estrutural. Além disso, essas mesmas temáticas serão decisivas na gestão política e geopolítica do colapso que vai se formando.

A reflexão proposta tangencia ainda o movimento e as lutas da sociedade civil, representadas em diferentes visões, que guardam em comum a convicção de que as soluções efetivas ao impasse socioambiental exigem uma superação do modo capitalista de produção, sob o qual não é possível consolidar uma ética biocêntrica, necessária à remodelação da relação entre os humanos e o meio natural.

1- Sobre a crise ambiental: um breve relato

Embora desde os anos 1970 tenha se intensificado as evidências de que os padrões de produção e consumo estabelecidos desde a Revolução Industrial vêm causando mudanças contundentes no funcionamento do sistema Terra², com destaque para os escritos de Georgescu Roegen e do relatório do grupo de cientistas do MIT, publicado em 1972, denominado Limites do crescimento³, o processo de acumulação de capital intensificou a exploração dos recursos da natureza e o descarte de resíduos no meio ambiente.

Além disso, desde 1979 a relação causal entre a emissão de gases do efeito estufa (GEE), ensejado principalmente (mas não somente) pela queima de combustíveis fósseis (carvão e petróleo) e o aquecimento superficial da Terra se torna um consenso científico, considerando que os GEE constituem um elemento estrutural do sistema climático, conforme apontado por Marques (2023). Com a criação do IPCC (Painel Intergovernamental da Mudança Climática), pela ONU, em 1988, esse consenso foi

² Cabe registrar que o livro da bióloga e ecologista norte americana Rachel Carson, publicado em 1962, já traz importantes evidências dos danos ambientais causados por atividades humanas.

³ Relatório este que conduziu Furtado a concluir que o desenvolvimento econômico do modo como foi defendido pelas potências ocidentais, era um mito.

institucionalizado e a elaboração de relatórios periódicos tecendo panoramas e projeções para a situação ambiental virou o padrão.

Na verdade, a escala nas quais as atividades extrativas e a produção de energia baseada na queima de combustíveis fósseis sofreu dois grandes saltos impressionantes, primeiro no período denominado de Grande Aceleração⁴, que data o período do pós II Guerra Mundial, quando: países europeus e o Japão passaram por processos de reindustrialização, os Estados Unidos experimentaram um acelerado movimento de expansão econômica e parcela da periferia do sistema ingressou num processo de industrialização tardia, englobando um conjunto de países dos continentes asiático, latino americano e africano⁵.

O segundo salto data da virada neoliberal até o presente, a partir dos anos 1980, que permitiu uma ampla mudança regulatória favorecendo a ordem de mercado e a atuação das grandes corporações, ensejada pelo estabelecimento de um ordenamento jurídico que amplificou os processos de superexploração das pessoas, da natureza e de territórios inteiros, tendo no Estado o agente central do estabelecimento dessa nova ordem, via construção de um forte aparato jurídico e regulatório, conforme demonstrado em Dardort e Laval (2016) e em Dardort *et. al.*, 2021.

Para ter a dimensão da escala expansiva na exploração dos recursos, desde a virada neoliberal, Marques (2023, p. 206) traz a seguinte informação: “Em 1950, o mundo consumiu em combustíveis fósseis o equivalente à geração de 28.536 terawatts-hora (twh). Em 2019, esse número atingiu 173.340 twh, um aumento por um fator de pouco mais de seis para uma população que aumentou “apenas” cerca de três vezes”.

Em 2021, em seu Sexto Relatório de Avaliação, o IPCC reitera mais uma vez esse veredito: “É inequívoco que a influência humana aqueceu a atmosfera, o oceano e os solos [...] Os aumentos observados nas concentrações (atmosféricas) de gases bem misturados (de efeito estufa) desde cerca de 1750 são inequivocamente causados pelas atividades humanas”. O que o IPCC designa por “atividades humanas” ou por “influência humana” é, na realidade, algo menos genérico. Trata-se basicamente do modo de funcionamento corporativo, privado e estatal, dos sistemas: Energético; Extrativo; Alimentar em escala global. Esses três sistemas são interdependentes e operam em estreita interação com: A indústria, sobretudo de cimento e petroquímica; as trading companies (ABCD, COFCO etc.) e; setor financeiro, redes corporativas igualmente oligopolizadas e globalizadas.

⁴ No começo dos anos 1970, Roegen chama atenção para o seguinte fato: “Alguns dos que não compreendem o quanto excepcional e, talvez, até anormal é a interrupção atual ignoram o fato de que a extração de carvão das minas começou há somente 800 anos e que, por incrível que pareça, a metade da quantidade de carvão que foi extraída, o foi nos últimos 30 anos. A observar também que a metade da produção total de petróleo bruto data somente dos últimos 10 anos [...]” (ROEGEN, 2012, p. 105).

⁵ Ver Amsden (2009) e Nayyar (2014).

Em conjunto e em sinergia, esses seis sistemas criaram a civilização termofóssil que hoje ameaça a humanidade e, em geral, a vida pluricelular no planeta (MARQUES, 2023, p. 205/206 – negrito nosso).

Por meio de uma extensa base de dados de diferentes instituições, como por exemplo, IPCC, OMM e Nasa, e relatórios e estudos de diversos coletivos de cientistas das instituições referidas e de muitas outras, Marques (2023) constrói um panorama amplo da crise em curso, que tem na emergência climática somente um dos seus eixos. Pois, além do aquecimento do sistema Terra, a crise em curso acumula um processo de aniquilamento biológico, também denominado de sexta grande extinção, com a peculiaridade nesse caso de que a extinção agora em curso guarda causas basicamente de ordem antropocêntrica. E, soma-se ainda o processo de toxidade do planeta, dado pelo crescente descarte de resíduos que poluem de modo abrangente e persistente a atmosfera, o solo e a água, pondo inúmeras formas de vida que existem no planeta em crescente risco sanitário. Dentre os resíduos considerados pode-se destacar: plástico, lixo eletrônico, substâncias químicas, como agrotóxicos, fertilizantes químicos, dentre outras.

De forma sintetizada pretende-se listar algumas métricas que denotam a escalada da crise em curso, sem, no entanto, ter a pretensão de explorar em detalhes a maestra obra já mencionada do Marques (2023). Até mesmo porque, dentre os três eixos indicados que compilam a crise estruturalmente, será dado enfoque aquele relacionado ao aquecimento global.

Atualmente, há pelo menos três fatores que apontam à aceleração do aquecimento e com isso a urgência de descontinuar urgentemente a matriz energética termofóssil. O primeiro desses fatores diz respeito ao DET (Desequilíbrio Energético da Terra), que segue crescendo e se explica pelo fato de a Terra não estar conseguindo emitir para a atmosfera toda a energia que incide sobre si, e o permanente crescimento de partes por milhão de dióxido de carbono na atmosfera são expressão do DET e da sua rápida piora.

O planeta tem estado em desequilíbrio, com menos energia saindo do topo da atmosfera do que entrando, desde ao menos cerca de 1970, e a Terra vem ganhando substancialmente energia ao longo das últimas quatro décadas [...]. A quantidade de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera deve ser reduzida de 410 partes por milhão (ppm) para 353 ppm [...], de modo a restabelecer o equilíbrio energético da Terra (EET). Esse simples número, EET, é a métrica mais importante da qual a comunidade científica e o público devem estar conscientes, como a medida do sucesso na tarefa de pôr as mudanças climáticas sob controle. (MARQUES, 2023, p. 240/241).

Outro indício irrefutável na evidência do aquecimento do planeta e de sua aceleração diz respeito ao estado dos oceanos, que estão em processo de colapso tendo em vista que absorvem 90% do aquecimento e possuem uma enorme inércia térmica, sofrendo com isso uma enorme carga, a ponto de estarem passando por um processo chamado de “febre dos oceanos”, colocando a vida e o equilíbrio marinho em risco, o que por seu turno também reverbera em toda a dinâmica terrestre, dado que os vários sistemas que compõem a Terra são interconectados.

Além disso, o aquecimento dos oceanos prolifera as ondas de calor marinho e de calor marinho extremo e isso contribui à proliferação de ondas de calor na atmosfera. Segundo Marques (2023, p. 246): “[...] O trabalho confirma essa inequívoca aceleração do aquecimento oceânico ao revelar que a taxa de aquecimento no período 1987-2019 foi 450% maior que a do período 1955-1986”.

Tanaka e Van Houtan revelaram que 57% da superfície oceânica global registrou calor extremo em 2019, em contraste com apenas 2% dessa superfície no período 1870-1919 (p. 247). [...] Para o oceano global, 2014 foi o primeiro ano a ultrapassar o limite de 50% de calor extremo, tornando-se, assim, ‘normal’, sendo que as bacias do Atlântico Sul (1998) e da Índia (2007) cruzaram essa barreira mais cedo” (p. 247). [...] Kyle van Houtan alerta que “nosso novo índice de calor marinho extremo indica que o oceano global cruzou uma barreira crítica em 2014 e é agora normal. Chegou, está aqui” (MARQUES, 2023, p. 247).

Outro instrumento que serve de consistente embasamento à comunidade científica é o conhecimento propiciado pela paleoclimatologia, a qual tem por propósito estudar o clima em diferentes eras geológicas do planeta, para com isso tecer cenários de comparação com a atualidade e embasar a construção de cenários futuros, para diferentes estimativas de emissões de GEE. Segundo a paleoclimatologia em eras geológicas nas quais a Terra tinha uma concentração de gases do efeito estufa semelhantes aos níveis atuais, a temperatura superficial do planeta era bem mais alta do que na atualidade. A questão é que nesse momento o homo sapiens não habitava o planeta, assim como várias outras espécies que juntamente com os humanos compõem a vida pluricelular na Terra.

Em 2021, essas concentrações oscilaram sazonalmente entre 413 e 421,3 ppm (3 de abril de 2021). Como visto no Capítulo 4 (seção 4.4), concentrações atmosféricas de CO₂, só superaram 400 ppm há pelo menos dois milhões (IPCC) ou mesmo há mais de três milhões de anos, isto é, durante o Plioceno, a última época geológica do Terciário, quando a temperatura estava a 2°C a 3°C acima do período pré-industrial (p. 273).

É fundamental também compreender que em razão da existência dos oceanos, os quais ocupam em torno de 70% da superfície do planeta, este acaba tendo uma grande inércia térmica, de modo que as emissões presentes vão seguir aquecendo o planeta durante um longo período à frente. Com isso, mesmo que as emissões líquidas fossem totalmente zeradas nesse momento, a Terra seguiria aquecendo ao longo de um período extenso à frente. Pode-se usar a analogia de uma chaleira no fogo para entender esse processo. Quando se ferve água numa chaleira e a tira do fogo, demora um tempo para a água esfriar, é desse mesmo modo que se dá a relação entre as emissões e o aquecimento dos oceanos e, conseqüentemente da atmosfera.

É recorrente se levantar a questão de o porquê ser um problema tão grave a temperatura do planeta seguir aumentando, ou mesmo, se relativizar essa evidência. Ocorre que o aumento dessa temperatura além de 1,5° a 2° em relação ao período pré-industrial produzirá graves conseqüências no sistema climático e no seu sistema de autorregulação. Em razão disso, os extremos climáticos que produzem tragédias naturais (secas, enchentes, tufões, terremotos, ondas de calor, ondas de calor extremo etc.) irão se multiplicar de modo significativo.

Não obstante, uma grave questão que resulta do aquecimento do planeta é o fato do corpo humano, bem como a fisiologia de inúmeras outras espécies de seres vivos, não suportar temperaturas elevadas. No caso dos seres humanos, por exemplo “[...] Esse limite, expresso pelo termo “temperatura de bulbo úmido”, é ultrapassado em temperaturas maiores que 35°C” (MARQUES, 2023, p. 246).

Em tais temperaturas, combinadas à alta umidade, o sistema de resfriamento natural, inclusive de organismos jovens e saudáveis, entra em alto risco de falência, mesmo à sombra e com quantidades ilimitadas de hidratação. A conseqüência mais provável é então a morte por hipertermia ou por complicações a ela associadas [...] Além disso, o calor pode levar à morte por outros muitos fatores, entre os quais a desidratação e a insolação (MARQUES, 2023, p. 253).

Com isso, se o aquecimento não for contido e pior, seguir aumentando, a principal causa de morte em razão do clima não se dará pela multiplicação de tragédias naturais, mas, pelo excesso de calor, o qual se tornará uma verdadeira epidemia e ceifará uma quantidade crescente de vidas, como já vem ocorrendo. Marques relata na obra uma extensão de dados, para inúmeros países, em diferentes anos, ao longo das últimas duas décadas, do que ele denomina de epidemiologia do aquecimento.

[...] Segundo os autores (Giovanni Forzieri e colegas), o aquecimento global será responsável por mais de 90% do aumento do risco para os seres humanos no âmbito dos desastres relacionados ao clima. O excesso de calor,

então, já não será um exterminador relativamente silencioso. Ele ganhará proporções epidêmicas e se somará às próximas pandemias (p. 257).

Não obstante, uma compreensão adequada da complexidade que envolve a crise em curso demanda entendimentos tanto dos aspectos geofísicos que a explicam, mas, sobretudo, dos aspectos políticos e relacionados com a estrutura de poder posta. Por exemplo, é cientificamente confirmada a relação causal entre as emissões de GEE e o aumento da temperatura superficial do planeta, constituindo tal evidência num elemento físico do aquecimento.

Contudo, existe toda uma estrutura econômica e financeira, centrada no poder estatal e corporativo, que mantém e expande a matriz energética termofóssil, assim como as demais estruturas de produção e de consumo que explicam e retroalimentam a crise em curso⁶. Além da centralidade do elemento político e econômico que explica a crise anunciada, há também questões de ordem geopolítica importantes, que guardam origem com o empreendimento colonial e com a divisão internacional do trabalho que dele resultou, e serão tratadas neste breve trabalho.

2- O projeto colonial e a subjugação de povos e do meio natural

A crise ambiental em curso comumente marca como linha temporal o arranjo econômico e estrutural que gestou a Revolução Industrial e séculos mais tarde, a Grande Aceleração⁷, os quais instauraram e expandiram os modos produtivista e extrativista de se relacionar com o meio natural, resultando no que Roegen (2012) constatou de tratar a natureza como uma mera dispensa, da qual passou a se retirar uma série de componentes e depois a descartar um conjunto de resíduos inutilizáveis. Contudo, a uma linha demarcatória anterior que pode ser apontada como um elemento estruturante dessa crise, o qual diz respeito ao empreendimento colonial, seja pelo desmatamento massivo que tal projeto ensejou, e da dominação e subjugação das diferentes formas de vida, quanto pelo modo utilitarista, objetificado e mercantilizado que originou na relação dos humanos com a terra e o meio natural em geral.

⁶ [...] Entre o Acordo de Paris e 2020, o Banco Mundial investiu mais de 12 bilhões de dólares em combustíveis fósseis, dos quais 10,5 bilhões em financiamento de novos projetos. [...] Entre 2016 e 2021, os sessenta maiores bancos privados do mundo canalizaram para a indústria de combustíveis fósseis recursos no singelo valor de 4,6 trilhões de dólares [...] (MARQUES, 2023, p. 213/214).

⁷ Ver Solon (Org.) (2019); Gudynas (2019).

Aproveitando a menção ao Roegen (2012), é importante registrar que embora economista e estatístico, foi valendo-se dos conhecimentos da física, mais precisamente da termodinâmica, que o referido autor chamou a atenção para a insustentabilidade ambiental do modo de produção capitalista industrial, que por seu turno, também estendeu as “modernas” técnicas de produção à agricultura. Com duras críticas à economia, que construiu um arranjo de sistema econômico autossuficiente, emblematizado no fluxo circular da renda, Roegen (2012) desconstrói tal estrutura ao afirmar que o sistema econômico não constitui um sistema fechado e autorreferente, já que os *inputs* empregados no processo de produção sofrem transformação qualitativa, transformando-se em *outputs* que são descartados no meio ambiente e, tanto a extração dos *inputs* quanto o descarte dos *outputs*, geram mudanças contundentes e irreversíveis no meio natural.

Essa mudança qualitativa decorre da ação da lei da entropia, a qual consiste no fato de que o processo produtivo emprega energia e matéria utilizável e de baixa entropia e os transforma em energia e matéria degradada de alta entropia. Ou seja, na perspectiva da termodinâmica, o processo produtivo resume-se basicamente em transformar baixa entropia em alta entropia, que tende a se agravar em função do dote entrópico da humanidade ser finito, sobretudo do ponto de vista da matéria. Somam-se ainda a esse processo as perturbações oriundas dos diferentes tipos de poluição que o descarte dos *outputs* provoca, conforme apontado por Roegen (2012, p. 92): “Quimicamente, com o mercúrio ou com as poluições ácidas; nuclearmente, com os detritos radioativos; fisicamente, com as minas a céu aberto ou; com o acúmulo de gás carbônico na atmosfera”.

Sem adentrar de modo intenso nos aspectos políticos e geopolíticos que consolidaram uma estrutura produtiva ambientalmente insustentável, há mais de cinquenta anos Roegen demonstrou, pelos conhecimentos oriundos da termodinâmica, a urgência de fazer modificações nas estruturas de produção e de consumo, com vistas a retardar a ação e o impacto da lei da entropia sobre o dote entrópico da humanidade, que conforme já foi dito, é finito. Então, dada a estreita e orgânica relação da economia com a natureza, considerando que os *inputs*, em sua quase totalidade constituem de componentes retirados da natureza; e por seu turno, os *outputs*, são descartados a posteriori nessa mesma natureza, Roegen advertiu que existe uma bioeconomia e não uma economia, e era fundamental redimensionar um tamanho de economia para o qual a

natureza comportasse e o dote entrópico da humanidade não fosse exaurido rapidamente.

As reflexões de Roegen inauguraram um novo campo do saber denominado de Economia Ecológica (CAVALCANTI, 2004; 2010), uma área de pesquisa transdisciplinar e que vem conduzindo de modo bastante crítico o debate acerca da crise ambiental em curso, em termos de suas causas e soluções. No entanto, não desprezando ou minimizando as contribuições do Roegen (2012), a discussão em pauta no presente trabalho almeja jogar luz para os aspectos políticos e geopolíticos da crise ambiental posta, inclusive, partindo da assertiva de que por mais que os componentes geofísicos dessa crise constituam um aspecto concreto e relevante dessa problemática; as dificuldades ao seu adequado enfrentamento residem em elementos de ordem política e geopolítica, oriundos da estrutura de poder estatal e corporativo estabelecido, o qual guarda origem com o processo denominado por Marx (2002) de acumulação primitiva, que criou as bases política, geopolítica, jurídica e material do modo capitalista de produção.

Ferdinand (2022) se propõe a essa reflexão, mas inserindo-a no campo da colonialidade e com isso, marca uma nova linha demarcatória para as origens da crise ambiental em curso. Ao se debruçar sobre o processo de colonização que a França impôs às ilhas caribenhas, o referido autor exhibe a mudança estrutural que o experimento colonial impôs não somente às relações sociais de trabalho; mas, sobretudo na relação com a natureza e com a terra.

Antes de prosseguir com base nas reflexões de Ferdinand (2022), cabe destacar que diferentes obras que discutem os virulentos (ou perpassam pelos) processos de colonização em diferentes territórios, por diferentes países europeus, têm em comum a evidência do quão disruptivo e avassalador foram tais processos, do ponto de vista social e ambiental, com destaque para Polanyi (2000); Marx (2002); Solon (2019); Gudynas (2019); Acosta (2016), Furtado (2005), considerando que táticas empregadas para dominar e se apossar de territórios e populações e explorá-los, com fins estreitamente vinculados ao ganho econômico e ao poder político, foram muito semelhantes entre as diferentes potências europeias expansionistas.

E desse processo de colonização, ergueu-se uma divisão internacional do trabalho (DIT) que fez com que uma minoria de países industrializados passasse a usufruir do arsenal de matérias-primas que fluem dos países periféricos, criando uma estrutura de comércio internacional extremamente desvantajosa para a maioria dos territórios, os

quais entregam suas matérias-primas a um preço muito inferior ao dos produtos industrializados que compram da minoria de países ricos, sequer compensando os danos ambientais e sociais resultantes.

E essa perversa estrutura, minimamente corrigida no período que segue a II Guerra Mundial, em razão da industrialização tardia de um conjunto de países periféricos, foi duramente abortada com a virada neoliberal, a qual vem conformando uma nova divisão internacional do trabalho (DIT) que muito se assemelha com aquela que se ergueu e persistiu ao longo do século XIX e primeira metade do século XX, e que será tema da seção seguinte (REINERT, 2016; AMSDEN, 2009).

Ao tratar dos povos ameríndios, as populações originárias das ilhas do Caribe, Ferdinand (2022) pontua a relação afetiva e maternal desses povos com a terra, designada por estes de Mãe, semelhante àquela relação estabelecida pelas populações indígenas da América Latina, conforme denota Acosta (2016). A clareza de que a terra era responsável pelo provimento material e a subsistência, mantinha essa relação maternal com a terra, absolutamente atingida com os processos de colonização, a qual passou a ser tratada como mero recurso e propriedade privada de alguém.

Com alguma similaridade à análise de Furtado (2005), que fez essa análise para o caso brasileiro; Ferdinand (2022) aponta que quando os franceses se estabeleceram nas ilhas caribenhas, fundou o que ele denomina de “habitat colonial”, sob o qual europeus expulsaram e/ou exterminaram as populações originárias; adotaram o regime de trabalho escravo, sequestrando violentamente negros africanos de diferentes países da África, para serem submetidos ao trabalho forçado nas terras apossadas. Para a terra, de uma relação na qual era considerada e tratada como “mama”, estabeleceu-se a plantation, com a exploração de monoculturas para exportação. Ou seja, o habitat colonial cria um modo absolutamente diferente de habitar, viver, conviver tanto dos humanos entre si, quanto destes com a terra.

Evidentemente, os colonizadores franceses não foram os únicos a derrubar árvores. Os ameríndios também cortavam árvores para desenvolver sua agricultura. A diferença é que a colonização estabelece a seguinte relação: *habitar é desbravar, habitar é abater a árvore. Somente a partir do momento em que a árvore é abatida, o habitar colônia começa* (FERDINAND, 2022, p. 52 – itálico do autor).

Segundo Ferdinand (2022), o empreendimento colonial destravou um dos mais ferozes ataques à natureza, dado que em questão de semanas milhares de árvores eram derrubadas para estabelecer o “habitat colonial”, com suas plantations, edificações e

habitações, que, ironicamente, não eram ocupadas pelos habitantes originais desses territórios. Assim, o projeto europeu de poder e dominação do mundo constituiu um altericídio, aos negros escravizados, às populações originárias e seus modos de conviver com a natureza, impondo um modo único de ser, viver, existir e se relacionar, que séculos mais tarde ganharia o nome de “desenvolvimento”, conforme denota Acosta (2016). É nesse sentido que Ferdinand (2022) aponta que não há como refletir seriamente acerca da crise ambiental em curso sem colocar no centro da reflexão a questão da colonialidade e a urgência de pensar uma ecologia decolonial.

O empreendimento colonial universalizou a relação mercantil com a natureza e transformou o meio natural e seus componentes em mera propriedade privada, para gerar riqueza para um grupo minoritário de pessoas que vieram de longe para tomar posse desses territórios, com tudo que neles existia. É nesse sentido que é de extrema importância politizar e geopolitizar as reflexões em torno da crise ambiental em curso, em termos de suas causas e soluções e daí o apelo do Ferdinand (2022) à unificação dos diferentes movimentos e coletivos de lutas, quais sejam: os movimentos pela descolonização; os que lutam contra o racismo; os que lutam pela igualdade de gênero e contra o patriarcado; os que lutam pela libertação dos animais não humanos, dado que todas essas cisões, submissões, dominações, encontram seu esteio no estabelecimento do “habitat colonial”.

Segundo Ferdinand (2022), qualquer reflexão acerca do que ele denomina de “fratura ambiental” que não ponha a questão da colonização como um eixo central do debate, estará fazendo um ambientalismo de “arca de Noé”, pois tenderá a encontrar saídas para o impasse ambiental, mantendo a mesma lógica social perversa que excluiu a grande maioria dos humanos e dos não humanos de qualquer projeto inclusivo, perpetuando o imperialismo em suas várias faces: ambiental, ontológica, ideológica, política. Inclusive, tratar as consequências dessa crise sob o jargão de “impactos ambientais”, ou seja, de modo genérico e neutro, tenderá a perpetuar o ônus material, social, político e econômico da crise em curso, sobre os mesmos povos, populações e grupos sociais que desde a partida da construção desse arranjo perverso foram e são os prejudicados e atingidos pelo “habitat colonial” e pela subsequente divisão internacional do trabalho que dele resultou.

Além disso, Ferdinand (2022) acrescenta que diante da crise ambiental em curso, os mais atingidos por ela, não estão representados nos espaços de poder, discutindo as soluções e isso constitui outra tragédia política e social, tendo em vista a possibilidade

de emergirem soluções que mantenha o ônus sobre os grupos historicamente prejudicados e negligenciados. Ou seja, qualquer solução que não considere seriamente a questão da colonialidade, com todas as mazelas e vícios que esta ensejou, manterá “fora do mundo”, ou seja, manterá no “porão do mundo”, como denomina Ferdinand (2022), os explorados e espoliados, ao longo dessa história inaugurada com o empreendimento colonial. Desse modo, Ferdinand reafirma a necessidade de construir uma ecologia decolonial como o caminho mais autêntico para contornar a crise ambiental em curso, rompendo com a estrutura social, política e ambiental perversa que emergiu do empreendimento colonial e a divisão internacional do trabalho que dele resultou.

Polanyi (2000) descreve em detalhes o projeto de desintegração social do qual emergiu a economia de mercado na Inglaterra, ao destituir os camponeses da terra e dos meios de produção e submetê-los à miséria e a fome nas zonas urbanas, permitindo a criação da classe trabalhadora que sustentou o apogeu industrial da Inglaterra. Dessa análise detalhada, Polanyi intuiu como a outra face do progresso é a desintegração social, comumente ignorada nas análises dos economistas liberais. Contudo, Polanyi afirma que o ônus que o Estado inglês com sua burguesia impôs ao seu próprio povo, transcorrido ao longo de séculos, nas colônias, transcorreu em anos, décadas, a povos que eram tomados como “selvagens”. Com isso, o processo de desintegração social imposto pelo progresso, aos povos colonizados, foi muito mais avassalador e destruidor quando comparado a povos europeus, dada a velocidade na qual tais mudanças foram impostas.

Não obstante, em toda e qualquer análise acerca da colonização europeia é bastante enfatizada o caráter perverso das relações sociais de trabalho estabelecidas por meio da escravização de negros africanos, bem como por meio da submissão e/ou matança de populações originárias. Contudo, o crime ambiental cometido nesse processo, denominado por Ferdinand (2022) de ecocídio, muitas vezes não é devidamente observado, nem tão pouco os maus tratos impostos às diferentes espécies de animais não humanos. É justamente a virulência do empreendimento colonial em sua totalidade que a obra do Ferdinand (2022) consegue contemplar, ditando um olhar especial à reflexão da questão ecológica e sua estreita correlação com um projeto que dê a questão colonial e decolonial a importância que merecem e deveriam ter, podendo operar como um elemento homogeneizante a todas as demais formas de luta e de

resistência. Segundo Ferdinand (2022) a “fratura colonial” e a “fratura ambiental” constituem fardos de um mesmo processo histórico, político, estrutural.

3- A velha e a nova divisão internacional do trabalho: reiterando a subjugação de territórios com seus povos e paisagens

Fiori (1999; 2007) reconstitui o processo histórico que culminou na constituição política dos Estados nacionais europeus, que passaram a figurar como unidades políticas detentoras de poder e que juntamente com seus blocos de capital, geridos por suas respectivas burguesias, estabeleceram projetos de expansão econômica e dominação política mundo afora, estabelecendo o que se denomina de sistema-mundo. Fiori (1999; 2007) retoma o longo processo histórico europeu que estabeleceu o Estado nacional como figura política central e que conjuntamente com as acirradas disputas territoriais dentro do continente europeu, com longos períodos de guerras sangrentas, foram recortando as fronteiras territoriais dentro do continente, mas que somente nas primeiras décadas do século XVII conseguiram estabelecer um tratado de paz, o famoso tratado de Westfalia.

Então, segundo Fiori (1999; 2007) o processo de dominação de países europeus a territórios e populações extra europeias, estabeleceu para fora o que representou a dinâmica europeia dentro do continente por muito tempo, e com isso criou uma lógica de gestão do poder político que muito se assemelha com o processo de acumulação de capital em seus processos de concentração e centralização, estabelecendo paradoxos que valem para a unidade política Estado-nacional, tanto quanto se infere no processo de acumulação pelos capitais privados. O paradoxo reside da seguinte situação: Cada capital individual e cada Estado-nação almeja concentrar monopolisticamente os poderes econômico e político; contudo, se o objetivo que os move for alcançado, o sistema-mundo entra em entropia, dado que destitui o componente que organiza seu próprio movimento.

No caso dos Estados nacionais, são as armas e as moedas os instrumentos pelos quais se impõe e ao mesmo tempo se conquista poder e riqueza. Assim, o Estado que consegue impor sua moeda nacional como a moeda de curso mundial usufrui um poder político assimétrico, detendo hegemonia dentro da hierarquia estatal. Como bem se sabe, em perspectiva histórica as últimas potências que usufruíram dessa posição política diferenciada foram Inglaterra, quando do estabelecimento do padrão monetário

ouro-libra, no período de constituição e estabelecimento denotado de liberal e, após a II Guerra Mundial, foram os Estados Unidos, quando do estabelecimento do padrão monetário dólar-ouro, que a partir dos anos 1970 foi alterado para o padrão dólar-dólar, quando o presidente norte americano Richard Nixon, unilateralmente desfez o lastro do dólar no ouro (SERRANO, 2007).

Fiori (1999; 2007) adverte, porém, que pouquíssimos Estados nacionais moldam a dinâmica política e econômica do sistema-mundo. Por exemplo, no período pós Revolução Industrial essa dinâmica foi moldada por um grupo de países europeus que conseguiu se industrializar e, fora da Europa, apenas por Japão e Estados Unidos, que posteriormente alcançaram o posto de potência econômica, o que acaba conferindo alguma medida de poder político. Na fase contemporânea, se não fosse pela China e pela Coreia do Sul (sendo que esta última é um protetorado militar dos Estados Unidos), a estrutura do poder global não teria sofrido quase nenhuma alteração dentro desse bloco restrito e seleto de Estados nacionais que disputam poder, riqueza, hegemonia. Nesse processo, para assegurar e expandir de modo permanente o poder político e econômico o Estado que ocupa a posição hegemônica acaba sendo o mentor de instabilidades e rupturas, contrariando as teorias geopolíticas liberais que defendem a necessidade de um poder hegemônico para conferir estabilidade e organicidade ao sistema-mundo e sua dinâmica.

Ao contrário dessa visão, Fiori (1999; 2007) argumenta que para manter e expandir seu poder, o Estado hegemônico faz movimentos e toma decisões que findam por criar instabilidade na estrutura posta, abrindo espaço para mudanças posteriores que podem contribuir à ascensão de outro Estado nacional à condição de potência hegemônica, que se dá por meio de um processo que transcorre de modo nada pacífico, e é sempre subsidiado pelo poder das armas e das moedas. Com isso, Fiori retoma todo o processo histórico que resultou na substituição da Inglaterra pelos Estados Unidos ao posto de potência hegemônica do sistema-mundo⁸.

Para completar a complexidade do panorama, a maioria dos Estados nacionais que conforma o sistema-mundo constitui territórios que foram colônia, de modo que Fiori (1999; 2007) afirma se tratarem de semi Estados, já que não gozam de soberania plena,

⁸ Abrindo um breve parêntese, o elemento que guia essa disputa pelo seleto grupo de Estados nacionais ricos e poderosos é a competição e uma duríssima hierarquia que recai pesadamente sobre a periferia, semelhante à disputa entre os capitais, o que impõe sérios limites aos desafios ambientais, os quais demandam cooperação internacional entre os Estados ao seu devido e efetivo enfrentamento.

nem tão pouco estão disputando hegemonia no sistema-mundo, embora muitas vezes possuam algum arsenal em armamento e militarização. Nesses territórios de soberania bastante comprometida, o arsenal bélico existente tem uma função muito mais de contenção interna aos conflitos distributivos e tensões sociais. Então, para esse extenso conjunto de semi Estados, o projeto é mantê-los fora do clube minoritário que disputa tensamente o poder e os recursos.

Esse arranjo geopolítico, consolidado após a Revolução Industrial transformou a maioria dos territórios do mundo, estivessem estes em relações coloniais formais ou não, em mera fornecedora de matérias-primas para a Inglaterra (e a posteriori, para o restrito grupo de Estados que conseguiram se industrializar⁹ após a Inglaterra), criando estruturas subdesenvolvidas, de modo que Furtado (2009) apontou o subdesenvolvimento como uma condição histórica, resultante do próprio desenvolvimento.

Como consequência, o impacto da divisão internacional do trabalho que foi se estabelecendo após a Revolução Industrial foi tão disruptiva que mudou profundamente a produção e a distribuição da riqueza mundial. Segundo Nayyar (2014) até a Revolução Industrial mecanizada promovida pela Inglaterra (que depois se estendeu pelo continente europeu, pelo Japão e pelos Estados Unidos, após a Guerra Civil), metade da riqueza global era gerada pela Índia e a pela China. Não obstante, a industrialização da Inglaterra, de outros países europeus e dos Estados Unidos e a desindustrialização da Ásia, mais precisamente da Índia e da China, constituíram as duas faces de uma mesma moeda e essa profunda transformação ocorreu no interregno de apenas 130 anos, entre 1820 e 1950.

Segundo Nayyar (2014), a industrialização da Europa Ocidental e a desindustrialização da Ásia (e de outros locais, em menor medida) durante o século XIX foram dois lados da mesma moeda e resultaram: NA GRANDE DIVERGÊNCIA, já que em termos da participação na renda global, entre 1820 e 1950, Europa, América do Norte e Japão saltaram de mais ou menos $\frac{1}{3}$ para $\frac{3}{4}$ a participação na renda global, em detrimento principalmente de China e Índia. E NA GRANDE ESPECIALIZAÇÃO, que significou que a Europa Ocidental e os Estados Unidos produziam e transacionavam

⁹ Aqueles países/territórios que conseguem se industrializar, precisam enfrentar as ideologias e demais instrumentos políticos impostos pelos pioneiros, os quais têm o papel de “chutar à escada” ao desenvolvimento, por meio da qual escalaram. Além disso, precisam fazer enfrentamentos internos na reconfiguração da estrutura interna de poder, para que daí possa emergir uma burguesia nacional nascente com capacidade política, para juntamente com as políticas estatais desenvolvimentistas seja possível implantar e consolidar um projeto nacional, em torno da industrialização e da autonomia tecnológica e econômico-financeira (Ver Amsden, 2009; Nayyar, 2014, Reinert, 2016; Chang, 2004).

bens manufaturados, enquanto Ásia, América Latina e África produziam e transacionavam bens primários.

Ao tratar da crise ambiental em curso Marques (2023) aponta a soberania ilimitada dos Estados nacionais como um enorme empecilho político no enfrentamento da crise, considerando que perante o abuso de poder que a soberania garante e do modo como essa soberania é exercida pelas relações políticas entre o poder estatal e as grandes corporações, estas constituem a causa central dos desequilíbrios socioambientais, em amplo agravamento desde o começo do século XXI. Assim, para Marques (2023), sem mudanças políticas no exercício de soberania pelos Estados nacionais não há como enfrentar a contento os desafios a serem contornados.

Não obstante, a situação geopolítica e da soberania estatal é ainda mais complexa do que o modo como Marques (2023) a trata, considerando as observações de Fiori (1999; 2007), tendo em vista que a soberania plena só é exercida por um grupo restrito de Estados nacionais, os quais conseguem impor seus interesses aqueles territórios que no linguajar de Fiori não passam de semi Estados. Desse modo, a assimetria em termos de soberania e de poder político, e a resultante desigualdade em termos de poder econômico e poder tecnológico, também impõe sérios obstáculos ao enfrentamento da crise ambiental.

Essa assimetria de poder e subalternidade dos países periféricos frente aos centrais não foi resolvida com a ascensão econômica de um conjunto de países periféricos que se industrializou tardiamente após a II Guerra Mundial, à exceção da China que se encontra em ampla corrida tecnológica para garantir e consolidar sua soberania. Na verdade, de um lado, a ascensão econômica de alguns periféricos ampliou as desigualdades no sistema, já que deixou ainda mais para trás aqueles países mais pobres. Segundo Nayyar (2014), quando se analisa a condição dos países periféricos dentro das regiões geográficas que integram, tem-se que os frutos do crescimento ficaram fortemente concentrados, ampliando os abismos dentro da própria periferia, com destaque para o Brasil, na América Latina; a África do Sul, na África e a China, na Ásia.

Além disso, como Acosta (2016) e Reinert (2016) colocam, a proposta desenvolvimentista virou um pesadelo com a virada neoliberal que impôs à periferia choques de abertura comercial e financeira, abortando os esforços industrializantes na quase totalidade destes países, à exceção de China, Coreia do Sul, Taiwan (que sequer é um país) e em menor medida a Índia. Desse modo, grande parcela da periferia que

ascendeu, entre os anos 1950 a 1970, reverteu os ganhos econômicos e tecnológicos oriundos da industrialização tardia, em processos caóticos de desindustrialização e reprimarização de suas estruturas produtivas.

Com isso, restabeleceu-se uma nova divisão internacional do trabalho muito semelhante àquela dos séculos XIX e começo do século XX. Nessa nova divisão, aos países pobres segue cabendo a produção e exportação de matérias-primas ou manufaturas de baixo valor agregado, ou participação nas etapas da produção de diferentes setores, que também agregam pouco valor. Reinert (2016) denuncia as práticas políticas imorais que os países ricos impõem aos países pobres, já que os impede de percorrer o mesmo caminho pelo qual os ricos trilharam para alcançar a riqueza. Sarcasticamente, Reinert (2016) denomina de regra de ouro a lógica imposta pelos países ricos aos países pobres, para mantê-los à condição de pobreza, e nesse caso, a regra de ouro é a seguinte: “no âmbito do jogo do poder, quem tem o ouro faz as regras”.

Assim, tanto a tragédia ambiental, quanto a realidade imposta aos países periféricos, pelos países centrais, que enterrou o projeto desenvolvimentista e vem ampliando o fosso socioeconômico entre países ricos e pobres, denota o fracasso da agenda do desenvolvimento e a necessidade de construir uma reflexão e uma agenda pós-desenvolvimentista, que será discutida no âmbito de um trabalho posterior (ACOSTA, 2016; SOLÓN, 2019; GUDYNAS, 2019).

4- O imbróglio político-estrutural e ontológico do século XXI

É importante observar que dentro da lógica da velha e da nova divisão internacional do trabalho e do modo como o poder econômico e político é gerido pelos Estados nacionais e pelas grandes corporações, a questão da crise ambiental oscila entre um misto de relativização e/ou desprezo. A crise em curso, quando desprezada, denota-se pela falta de cumprimento das promessas de redução das emissões de GEE, estabelecida no âmbito do Acordo de Paris pelos países emissores e, inclusive pela saída do Acordo de Paris quando da gestão presidencial de Trump nos Estados Unidos. Além disso, os investimentos e subscrições para exploração de plataformas de petróleo e usinas termelétricas, que operam à base da queima de carvão, não param de crescer. Outro indício diz respeito às Cúpulas do Clima, que ocorrem há décadas, mas muito

pouco consegue se avançar, sobretudo em soluções mais estruturantes (MARQUES, 2023).

[...] Entre o Acordo de Paris e 2020, o Banco Mundial investiu mais de 12 bilhões de dólares em combustíveis fósseis, dos quais 10,5 bilhões em financiamento de novos projetos. [...] Entre 2016 e 2021, os sessenta maiores bancos privados do mundo canalizaram para a indústria de combustíveis fósseis recursos no singelo valor de 4,6 trilhões de dólares. [...] No intervalo de apenas doze meses, entre 2020 e 2021, os governos do G20 comprometeram recursos públicos no valor de US\$ 297,28 bilhões para manutenção e acréscimo da matriz energética fóssil, significativamente mais do que recursos canalizados para as energias “limpas” (US\$ 234,36 bilhões) [...] (MARQUES, 2023, p. 213, 214, 219).

Inclusive, o desafio das mudanças em prol do meio ambiente, além de esbarrar nas características estruturais dos padrões de produção e de consumo e da inércia que marca a estrutura dos poderes político e econômico, também padece da assimetria de poder e riqueza entre os Estados nacionais, conforme discutido ao longo do trabalho. Com isso, as políticas e ações necessárias ao efetivo enfrentamento dos desafios ficam muito dependentes dos Estados ricos, que concentram a riqueza, poder político e tecnológico, ao mesmo tempo em que deixa os países periféricos tanto a mercê dos abusos que comete, quanto desprovidos dos recursos e das tecnologias para enfrentar as dificuldades e se adaptarem, por exemplo, às mudanças climáticas.

A título de exemplo, quando Rafael Correia foi presidente do Equador, entre 2007 e 2017, propôs uma compensação financeira aos países ricos para não explorar o petróleo descoberto em uma área de preservação ambiental, habitada por comunidades indígenas (que equivalia à metade do lucro estimado caso o petróleo fosse retirado do subsolo). Após esperar alguns anos e não receber nenhum feedback, o presidente decidiu por explorar o petróleo, contrariando os interesses populares nacionais (GUDYNAS, 2019). É um dado que após dezenas de Cúpulas do Clima sequer criou-se um mísero fundo para auxiliar os países pobres no enfrentamento das consequências da mudança climática e nas políticas de adaptação, demanda antiga da periferia do sistema.

Quando se trata do descarte de lixo e de substâncias tóxicas no meio ambiente, o cenário também é desolador, dado seu acelerado crescimento e a expectativa que permanecerá crescendo, no mínimo, até meados do século. Segundo Marques (2023), o descarte dos resíduos pelos humanos no meio ambiente foi denominada de “massa antropogênica” por Emily Elhacham e colegas, e “essa massa está agora superando a biomassa viva do planeta, hoje da ordem de 1,1 teratonelada” (MARQUES, 2023, p. 352).

[...] Na trajetória atual, estima-se que o aumento da geração de lixo será mais que o dobro do aumento da população até 2050. Todos os anos, cerca de 11,2 bilhões de toneladas de resíduos sólidos são coletados em todo o mundo, e a decomposição da parte orgânica deles contribui com cerca de 5% das emissões globais de gases de efeito estufa. [...] Em 2017, “pela primeira vez na história, mais de 100 bilhões de toneladas de materiais estão entrando na economia a cada ano”. [...] Nesse período (os últimos 70 anos), a produção de polímeros aumentou quase 200 vezes, passando de 2 milhões de toneladas (Mt) em 1950 para 358 Mt em 2018 e 368 Mt em 2019. E há projeções segundo as quais essa produção pode crescer entre 3,5% e 4,5% ao ano, vindo a atingir cerca de 550 Mt em 2035 (p. 353). (MARQUES, 2023, p. 352).

[...] O lixo eletrônico (e-waste) constitui uma ameaça equivalente. Segundo Vanessa Forti e colegas: “Em 2019, o mundo gerou 53,6 Mt de lixo eletrônico, uma média de 7,3 kg per capita. A geração global de lixo eletrônico cresceu 9,2 Mt desde 2014, e a projeção é que cresça para 74,7 Mt até 2030 – quase dobrando em apenas 16 anos” [...] (MARQUES, 2023, p. 354).

Por seu turno, a crise em curso, quando relativizada pela estrutura de poder corporativo-estatal que está posta, defende soluções encontradas no âmbito da abordagem da Economia Verde¹⁰, que apesar de defender a urgência da transição energética e do enfrentamento das disparidades sociais, que se agravarão à medida que a crise ambiental piorar, comumente ampara soluções duramente criticadas por ativistas, cientistas e ambientalistas que identificam nas medidas propostas o acirramento do processo de mercantilização da natureza, que por seu turno, além de agravar ainda mais a crise, contribuirá para preservar os interesses dos que se mantêm enriquecendo em meio ao rumo para o caos socioambiental.

Para autores como Acosta (2016), Solón, Azam, Beltran, Gudynas (2019), bem como o extenso grupo de acadêmicos e ativistas que consolidaram a obra “Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento”, não é possível remediar a crise ambiental de modo adequado e seguro à manutenção da vida pluricelular no planeta no contexto do modo capitalista de produção em sua lógica produtivista e extrativista de se relacionar com a natureza, tratando o meio natural como uma mera mercadoria e mantendo a prioridade absoluta sobre os direitos de propriedade.

De acordo com os autores supracitados é necessário substituir a ontologia ancorada numa visão antropocêntrica, que põe o ser humano numa posição superior e apartada da natureza e dos demais animais não humanos, que são valorados somente na medida em que possuem alguma utilidade para os humanos. De acordo com essa visão,

¹⁰ Ver OLIVEIRA, EVANDRO DE. **Economia verde, economia ecológica e economia ambiental: uma revisão**. In: Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade – versão online. UNINTER: Curitiba, 2017.

a natureza é vista como mero instrumento para os humanos dominarem e explorarem, conforme seus interesses políticos e econômicos.

Essa ontologia associada a uma visão antropocêntrica que retirou todos os direitos dos elementos que compõem a natureza e conferiu aos humanos (alguns poucos humanos), precisa ser substituída por uma ontologia inspirada numa visão biocêntrica da natureza e da vida, segundo a qual a natureza e tudo que nela existe possui um direito intrínseco de existir e ser preservado, dado que no âmbito de uma visão biocêntrica os humanos são parte constitutiva da natureza como tudo o mais que nela existe.

Ao discutir acerca da urgência de consolidar um ordenamento jurídico que garanta direitos à natureza, Gudynas (2019, p. 170) atenta para o fato de que “a contradição central nunca se deu entre os direitos humanos e os da Mãe Terra, mas entre os direitos da natureza e os de propriedade”. Isto porque, “independente de ser privada, estatal ou pública, a propriedade é sempre de humanos sobre certas “coisas” [...] a propriedade fragmenta a natureza em recursos que na verdade jamais estão dissociados [...]”.

Então, pelas obras referidas é possível aludir que frente à inércia que marca a estrutura de poder e engessa as mudanças necessárias, ao mesmo tempo, em que os diferentes indicadores de acompanhamento da crise escalam, exibindo um rápido agravamento da situação; a sociedade civil por meio dos diferentes coletivos e modos de luta busca meios de criar novas formas de viver, de produzir, consumir, conviver em sociedade e com a natureza. Esse esforço para se organizar, implementar e sonhar com outros mundos se inspira em organizações sociais pré-capitalistas autogestionárias, oriundas seja de povos indígenas, de organizações camponesas que gerem um conjunto de “bens comuns”.

Reflexões e soluções que propõem transformações estruturais que permitam criar novas ontologias, com novas maneiras de enxergar e se relacionar com a natureza para prover a subsistência, advêm também de cientistas, intelectuais e ambientalistas nos movimentos de decrescimento, nos movimentos *slow*, nas reflexões ecofeminista, ecossocialista e decolonial. E, trágica ou paradoxalmente, embora o impacto sistêmico dessas incontáveis lutas e ações, espalhados mundo afora, pareça pequeno; é dessa frente que parece emergir as transformações necessárias para garantir a permanência da vida pluricelular no planeta.

Conclusão

Refletir sobre a crise ambiental em termos de suas causas e potenciais soluções, traz à tona o emaranhado de componentes políticos, geopolíticos e histórico-estruturais que aglutinam as contradições do modo capitalista de produção e da estrutura de poder erguida por este, da origem até o presente. Nesse sentido, uma adequada politização da reflexão acerca da crise ambiental em curso, exige colocar no centro das reflexões a geopolítica que move o sistema-mundo por meio do relacionamento entre os Estados nacionais (hierarquicamente organizados) e entre estes e seus blocos de capital privado.

A consolidação do arranjo geopolítico conformado até o presente remonta o processo histórico que deu origem à figura da unidade política “Estado nacional”, no continente europeu originalmente, que depois de constituído, consolidou a instituição conhecida como “mercado nacional”, e suas distintas burguesias nacionais, conforme detalhadamente explicado por Polanyi (2000). É justamente esta grande formação política, geopolítica e histórico-estrutural que está na base do processo de colonização e da resultante divisão internacional do trabalho, que está na origem da crise ambiental em curso, bem como impõe grandes barreiras ao seu enfrentamento efetivo.

É nesse sentido que se faz o apelo, àqueles que de alguma maneira estão debruçados sobre o dilema ambiental, acompanhando sua evolução e advogando por mudanças, que para além das lutas de contenção, ancoradas em medidas paliativas (importantes e necessárias), faz-se urgente construir reflexões mais profundas relacionadas, por exemplo: à construção de uma ecologia decolonial; ou ligadas à luta jurídica por um ordenamento jurídico e normativo que garanta direitos expressos à natureza; ligadas ainda à sabedoria dos povos originários e do modo se relacionam entre si e com a natureza, bem como das inúmeras formas comunitárias e camponesas que remontam a modos pré-capitalistas de conviver entre si e com o meio natural.

Para tanto, àqueles detidos por um olhar mais crítico da situação, defendem que a construção de “novos mundos”, demanda à construção de uma nova ontologia, que substitua a visão antropocêntrica da vida, da natureza e do relacionamento com a natureza para prover à subsistência (segundo a qual os humanos estão apartados da natureza e devem dominá-la); por uma visão biocêntrica, segundo a qual os humanos são parte constituinte da natureza, juntamente com as demais formas de vida, e por isso o meio natural e seus componentes têm valor intrínseco e devem ser sujeitos de direito; independentemente do quanto podem ter ou não alguma utilidade para os humanos.

Somente o estabelecimento dessa visão pode guiar ações efetivas ao enfrentamento do dilema socioambiental em curso, que parece rumar para o caos.

Referências

ACOSTA, ALBERTO. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Autonomia Literária/Elefante, 2016.

AMSDEN, A. **A ascensão do "resto": os desafios ao ocidente de economias com industrialização tardia**. Tradução Roger Maioli dos Santos. São Paulo: Unesp, 2009.

AZAM, GENEVIEVE. **Decrescimento**. In: SOLÓN, PABLO (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

BELTRÁN, ELIZABETH PEREDO. **Ecofeminismo**. In: SOLÓN, PABLO (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

CAVALCANTI, CLÓVIS. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental**. Estudos Avançados, 2010.

_____. **Uma tentativa de caracterização da economia ecológica**. Revista Ambiente & Sociedade, 2004.

CHANG, H.-J. **Chutando a escada: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica**. São Paulo: Unesp, 2004.

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DARDOT, PIERRE. *et. al.* **A escolha da guerra civil: Uma outra história do neoliberalismo**. Tradução Márcia Pereira da Cunha. São Paulo: Elefante, 2021.

FERDINAND, MALCOM. **Uma ecologia decolonial: pensar a partir do mundo caribenho**. Tradução Letícia Mel. São Paulo: Ubu, 2022.

FIORI, JOSÉ, LUÍS (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____. (Org.). **O poder americano**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

_____. De volta à questão da riqueza de algumas nações. In: FIORI, J. L (Org.). **Estados e moedas no desenvolvimento das nações**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999.

_____. Formação, expansão e limites do poder global. In: FIORI, J. L (Org.). **O poder americano**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

FURTADO, CELSO. **Formação econômica do Brasil**. 32ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

_____. **Desenvolvimento e subdesenvolvimento**. 5ª edição. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.

GUDYNAS, EDUARDO. **Direitos da natureza: Ética biocêntrica e políticas ambientais**. São Paulo: Elefante, 2019.

KOTHARI, ASHISH *et. Al.* (Org.). **Pluriverso: um dicionário do pós-desenvolvimento**. Tradução Isabella Victoria Eleonora. São Paulo: Elefante, 2021.

MARQUES, LUIZ. **O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

MARX, KARL. **O capital: crítica da economia política**. Tradução Reginaldo Sant'Anna. 20ª edição. Livro I, Volume II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

NAYYAR, DEEPAK. **A corrida pelo crescimento: países em desenvolvimento na economia mundial**. Tradução Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

OLIVEIRA, EVANDRO DE. **Economia verde, economia ecológica e economia ambiental: uma revisão**. In: Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade – versão online. UNINTER: Curitiba, 2017.

REINERT, ERIC. **Como os países ricos ficaram ricos... e porque os países pobres continuampobres**. Tradução Caetano Pena. Rio de Janeiro: Contraponto, 2016.

MARQUES, LUIZ. **O decênio decisivo: Propostas para uma política de sobrevivência**. São Paulo: Elefante, 2023.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens da nossa época**. Tradução Fanny Wrobel. 14ª tiragem. Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

ROEGEN-GEORGESCU, NICHOLAS. **Decrescimento: entropia, ecologia, economia**. Tradução Maria José Perillo Isaac. Jacques Grinevald e Ivo Rens (Organizadores). São Paulo: Senac, 2012.

SERRANO, FRANKLIN. **Relações de poder e a política macroeconômica americana, de Bretton Woods ao padrão dólar flexível**. In: FIORI, JOSÉ LUÍS (Org.). **O poder americano**. 3ª ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2007.

SOLÓN, PABLO (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. **Bem viver**. In: SOLÓN, PABLO (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização**. São Paulo: Elefante, 2019.

_____. Direitos da Mãe Terra. In: SOLÓN, PABLO (Org.). **Alternativas sistêmicas: Bem Viver, decrescimento, comuns, ecofeminismo, direitos da Mãe Terra e desglobalização.** São Paulo: Elefante, 2019.